Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, no cartão-resposta, para cada item: o campo designado com o **código C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o **código E**, caso julgue o item **ERRADO**.

A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use o cartão-resposta, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 20.

Chamava-se João Teodoro, só. O mais pacato e modesto dos homens. Honestíssimo e lealíssimo, com um defeito apenas: não dar o mínimo valor a si próprio. Para João Teodoro, a coisa de menos importância no mundo era João Teodoro.

Nunca fora nada na vida, nem admitia a hipótese de vir a ser alguma coisa. E por muito tempo não quis nem sequer o que todos ali queriam: mudar-se para terra melhor. Mas João Teodoro acompanhava com aperto de coração o deperecimento visível de sua Itaoca.

"Isto já foi muito melhor", dizia consigo. "Já teve três médicos bem bons — agora só um e bem ruinzote. Já teve seis advogados e hoje mal dá serviço para um rábula ordinário como o Tenório. Nem circo de cavalinhos bate mais por aqui. A gente que presta se muda. Fica o restolho. Decididamente, a minha Itaoca está se acabando..."

João Teodoro entrou a incubar a ideia de também mudar-se, mas para isso necessitava dum fato qualquer que o convencesse de maneira absoluta de que Itaoca não tinha mesmo conserto ou arranjo possível.

"É isso", deliberou lá por dentro. "Quando eu verificar que tudo está perdido, que Itaoca não vale mais nada de nada de nada, então arrumo a trouxa e boto-me fora daqui."

Um dia aconteceu a grande novidade: a nomeação de João Teodoro para delegado. Nosso homem recebeu a notícia como se fosse uma porretada no crânio. Delegado, ele! Ele que não era nada, nunca fora nada, não queria ser nada, não se julgava capaz de nada...

Ser delegado numa cidadinha daquelas é coisa seriíssima. Não há cargo mais importante. É o homem que prende os outros, que solta, que manda dar sovas, que vai à capital falar com o Governo. Uma coisa colossal ser delegado — e estava ele, João Teodoro, de-le-ga-do de Itaoca!...

João Teodoro caiu em meditação profunda. Passou a noite em claro, pensando e arrumando as malas. Pela madrugada botou-as num burro, montou no seu cavalinho magro e partiu.

Antes de deixar a cidade foi visto por um amigo madrugador.

— Que é isso, João? Para onde se atira tão cedo, assim de armas e bagagens?

— Vou-me embora — respondeu o retirante. — Verifiquei que Itaoca chegou mesmo ao fim.

— Mas, como? Agora que você está delegado?

— Justamente por isso. Terra em que João Teodoro chega a delegado eu não moro. Adeus.

E sumiu.

Monteiro Lobato. **Um homem de consciência**. *In*: **Contos completos/Monteiro Lobato**. 1.ª ed. São Paulo: Biblioteca Azul, 2014.

Considerando as ideias, os sentidos e os aspectos linguísticos do texto, julgue os itens de **1** a **9**.

1 Infere-se do trecho "O mais pacato e modesto dos homens. Honestíssimo e lealíssimo, com um defeito apenas: não dar o mínimo valor a si próprio" (linhas de 1 a 3) que João Teodoro era um homem simplório.

2 De acordo com o texto, os habitantes de Itaoca consideravam que João Teodoro reunia as qualidades necessárias para ser um bom delegado.

3 No trecho "Chamava-se João Teodoro, só" (linha 1), o termo "só" qualifica o sujeito da oração, "João Teodoro", caracterizando o personagem principal da história como um indivíduo solitário.

4 O parágrafo constituído pelo trecho "Ser delegado numa cidadinha daquelas é coisa seriíssima. Não há cargo mais importante. É o homem que prende os outros, que solta, que manda dar sovas, que vai à capital falar com o Governo. Uma coisa colossal ser delegado — e estava ele, João Teodoro, de-le-ga-do de Itaoca!" (linhas de 29 a 34) marca o momento em que João Teodoro decide deixar Itaoca, por verificar que não estava à altura de um cargo tão importante como o de delegado.

5 O trecho "com aperto de coração" (linha 9) e a forma pronominal "minha", em "a minha Itaoca" (linha 16), revelam o afeto de João Teodoro por Itaoca; tal sentimento, contudo, não foi suficiente para fazer o personagem permanecer na cidade.

6 No texto, o emprego do grau superlativo nos adjetivos "Honestíssimo" (linha 2), "lealíssimo" (linha 2) e "seriíssima" (linha 30) expressa ironia.

7 A nomeação de João Teodoro como delegado consistiu no fato de que ele necessitava para ser convencido, definitivamente, de que Itaoca não tinha conserto ou arranjo possível.

8 Infere-se do texto que a decisão de João Teodoro de se mudar de cidade não foi impensada nem repentina, mas determinada pela reflexão, o que se evidencia nos trechos "João Teodoro entrou a incubar a ideia de também mudar-se" (linhas 17 e 18), "deliberou lá por dentro" (linha 21) e "João Teodoro caiu em meditação profunda" (linha 35).

9 Em "Justamente por isso" (linha 46), o termo "isso" se refere ao declínio de Itaoca, retomando a ideia presente no trecho "Itaoca chegou mesmo ao fim" (linha 44).

Acerca dos aspectos gramaticais e dos sentidos do texto apresentado, julgue os itens de **10** a **20**.

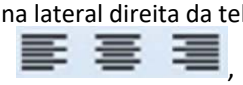
10 O trecho "Nunca fora nada na vida, nem admitia a hipótese de vir a ser alguma coisa" (linhas 6 e 7) poderia ser reescrito da seguinte maneira, mantendo-se sua correção gramatical e a coerência textual: **Nunca havia sido nada na vida, tampouco admitia a hipótese de vir a ser alguma coisa**.

11 Sem prejuízo dos sentidos originais do texto, o termo "deperecimento" (linha 10) poderia ser substituído por **desprendimento**.

12 As vírgulas empregadas no trecho “que prende os outros, que solta, que manda dar sovas, que vai à capital falar com o Governo” (linhas de 30 a 32) separam orações que desempenham a mesma função sintática.
13 No trecho “Fica o restolho” (linha 15), a expressão “o restolho” exerce a função sintática de objeto direto.
14 O trecho “Quando eu verificar que tudo está perdido, que Itaoca não vale mais nada de nada de nada” (linhas de 21 a 23) apresenta valor condicional.
15 Seria preservada a correção gramatical do trecho “a ideia de também mudar-se” (linhas 17 e 18) caso o termo “se” fosse deslocado para antes de “mudar” — escrevendo-se **a ideia de também se mudar**.
16 Seria gramaticalmente correta e manteria o sentido original do texto a seguinte reescrita do trecho “Já teve três médicos bem bons” (linhas 11 e 12): **Já houveram três médicos bem bons**.
17 Na linha 32, a expressão “Uma coisa colossal” exerce a função de sujeito de “ser”.
18 Os dois-pontos subsequentes a “um defeito apenas” (linhas 2 e 3), “o que todos ali queriam” (linha 8) e “a grande novidade” (linha 24) foram empregados, em todas essas ocorrências, com a finalidade de introduzir um trecho que apresenta um esclarecimento.
19 Na linha 18, o emprego da preposição **de**, presente na contração “dum”, deve-se à regência da forma verbal “necessitava”.
20 No trecho “Terra em que João Teodoro chega a delegado eu não moro” (linhas 46 e 47), o emprego da preposição “em”, logo após “Terra”, deve-se à regência da forma verbal “moro”.

Nos itens que avaliem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estejam em configuração-padrão, em português; o *mouse* esteja configurado para pessoas destras; expressões como **clicar**, **clique simples** e **clique duplo** refiram-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; e teclar corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não haja restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

Julgue os itens de **21** a **25,** relativos aos conceitos de *hardware*, ao sistema operacional Windows 10 e ao programa Microsoft Word 2013.

21 A unidade central de processamento (CPU) necessita de uma área de memória para armazenar alguns resultados e algumas referências enquanto processa informações.
22 A memória é o único componente responsável por fornecer alta *performance* e velocidade de processamento a um computador.
23 Ao criar uma senha no Windows 10 para fins de *logon*, não é permitido que o usuário digite a sua senha exata como dica.
24 O Windows 10 possui uma barra com os ícones de todos os programas instalados. Essa barra chama-se Charms e está localizada na lateral direita da tela.
25 Os comandos  , do Word 2013, disponíveis na guia Página Inicial > Parágrafo, possuem, respectivamente, as seguintes funções: alinhar à esquerda; justificar; e alinhar à direita.

No que diz respeito aos conceitos de redes de computadores, aos conceitos de organização e de gerenciamento de arquivos e aos procedimentos de *backup*, julgue os itens de **26** a **30**.

26 A ligação física de uma WAN ponto a ponto a um ISP (*Internet Service Providers*) permite que o usuário se torne parte da Internet.
27 O FTP (*File Transfer Protocol*) é o protocolo de transferência de hipertexto. É ele que permite a navegação na *Word Wide Web*.
28 No sistema operacional Windows, as extensões de arquivo bin e csv representam, respectivamente, o formato do arquivo de lote do computador e o formato do arquivo de biblioteca de vínculo dinâmico.
29 No processo de compactação de arquivos, quanto maior for a taxa de compressão, menor será o tamanho do arquivo comprimido.
30 Procedimentos como realizar *backups* e manter as mídias dos *backups* em locais seguros facilitam a sua recuperação em caso de necessidade.

Sendo “O Dunga é dengoso e o Soneca não é mestre se, e somente se, a Branca de Neve é feliz.” uma proposição verdadeira e “Se a Branca de Neve é feliz, então o Atchim é zangado ou o Soneca é mestre” uma proposição falsa, julgue os itens de **31** a **35**.

31 A Branca de Neve é feliz.
32 O Dunga é dengoso.
33 O Atchim é zangado.
34 O Soneca é mestre.
35 A proposição “Se o Soneca é mestre, então a Branca de Neve é feliz.” é falsa.

Considerando uma esfera com 36π metros cúbicos de volume, julgue os itens de **36** a **40**.

36 O raio dessa esfera é igual a 3 metros.
37 Se um cone tiver o raio da sua base igual ao raio de uma esfera, para que o seu volume seja igual ao volume da esfera, será necessário que sua altura seja igual a 120 centímetros.
38 Se se duplicar o raio dessa esfera, o seu volume aumentará em 700%.

Considere-se que o conjunto A seja dado por A = {-3,-1,1,7,10}, o conjunto B seja o conjunto de todos os números naturais e o conjunto C seja o conjunto de todos os números racionais. Com base nessas informações, julgue os itens **39** e **40**.

39 O conjunto $A \cap B \cap C$ é o conjunto vazio.
40 A∩B = A-{-1,-2,-3}.

RASCUNHO

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

No que concerne à ética no serviço público, julgue os itens **41** e **42**.

41 O servidor público deve abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, seu poder ou sua autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei.

42 Toda ausência, ainda que justificada, do servidor de seu local de trabalho é fator de desmoralização do serviço público.

Acerca da Lei n.º 8.429/1992, julgue os itens de **43** a **52**.

43 As entidades privadas para cuja criação ou custeio o erário público haja concorrido no seu patrimônio ou na sua receita atual não estão sujeitas às sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa, tendo em vista que não integram a administração indireta.

44 Não configura improbidade administrativa a ação ou a omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada, mesmo que não venha a ser posteriormente prevalecente nas decisões dos órgãos de controle ou dos tribunais do Poder Judiciário.

45 Apenas os agentes políticos integrantes dos Poderes Executivo e Legislativo sujeitam-se às sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa.

46 O herdeiro daquele que causar dano ao erário ou que enriquecer ilicitamente deverá repará-lo integralmente.

47 Permitir ou facilitar a aquisição, a permuta ou a locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado constitui ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário.

48 As sanções aplicadas a pessoas jurídicas não estão adstritas ao princípio constitucional do *non bis in idem*.

49 Constitui crime a representação, por ato de improbidade, contra agente público quando o autor da denúncia o sabe inocente.

50 É dever do poder público oferecer contínua capacitação aos agentes públicos e políticos que atuem com prevenção ou repressão de atos de improbidade administrativa.

51 Haverá condenação em honorários sucumbenciais em caso de improcedência da ação de improbidade, independentemente de comprovação da má-fé do denunciante.

52 A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos só se efetivam com o trânsito em julgado da sentença condenatória.

À luz do que dispõe a Lei n.º 9.784/1999, julgue os itens de **53** a **58**.

53 Os atos do processo administrativo dependem de forma determinada, independentemente de exigência legal.

54 Em inexistindo disposição específica, os atos do órgão ou da autoridade responsável pelo processo deverão ser praticados no prazo improrrogável de cinco dias.

55 Em caso de risco iminente, a Administração Pública poderá, motivadamente, adotar providências acauteladoras sem a prévia manifestação do interessado.

56 Os atos de instrução que exijam a atuação dos interessados deverão realizar-se do modo menos oneroso para estes.

57 Os prazos processuais começam a correr a partir da data da cientificação oficial, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o dia do vencimento.

58 Em quaisquer hipóteses, a desistência do interessado no prosseguimento do processo administrativo prejudicará a sua resolução, ainda que haja interesse público envolvendo a questão.

Tendo em vista o disposto na Lei n.º 12.527/2011 e no Decreto n.º 7.724/2012, julgue os itens de **59** a **63**.

59 Os órgãos e as entidades deverão criar um serviço de informações ao cidadão (SIC), com o objetivo de, entre outros, receber e registrar pedidos de acesso à informação.

60 A informação em poder dos órgãos e das entidades, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada em grau ultrassecreto, secreto ou reservado.

61 O prazo máximo de classificação da informação em grau reservado é de 25 anos.

62 O acesso à informação classificada como sigilosa desobriga aquele que a obteve de resguardar o sigilo.

63 A classificação do sigilo das informações no grau ultrassecreto é de competência exclusiva do presidente da República.

Com relação à Lei n.º 3.820/1960, julgue os itens de **64** a **70**.

64 Os presidentes do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Farmácia prestarão, anualmente, suas contas perante o Tribunal de Contas da União.

65 Cada conselheiro federal será eleito, em seu estado de origem, juntamente com um suplente.

66 A eleição para o Conselho Federal e para os Conselhos Regionais far-se-á por meio do voto direto e secreto, por maioria simples, exigindo-se o comparecimento da maioria absoluta dos inscritos.

67 As empresas e os estabelecimentos que exploram serviços para os quais são necessárias atividades de profissional farmacêutico não se sujeitam à fiscalização do Conselho Regional de Farmácia.

68 Caso o interessado tenha de exercer, temporariamente, a profissão em outra jurisdição, ele ficará dispensado de apresentar sua carteira perante o respectivo Conselho Regional.

69 As empresas que exploram serviços para os quais são necessárias atividades profissionais farmacêuticas estão isentas do pagamento de anuidades, desde que contratem mais de três profissionais.

70 O poder de punir disciplinarmente compete, com exclusividade, ao Conselho Regional em que o faltoso estiver inscrito ao tempo do fato punível em que incorreu.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

No que concerne à Lei n.º 5.991/1973, julgue os itens de **71** a **73**.

71 A farmácia homeopática só poderá manipular fórmulas oficinais e magistrais, obedecida a farmacotécnica homeopática.

72 Será dispensada a receita médica para a dispensação de medicamento homeopático cuja concentração de substância ativa corresponda às doses máximas farmacologicamente estabelecidas.

73 É obrigatório às farmácias ou drogarias manter serviço de atendimento ao público para a aplicação de injeções, a cargo de técnico habilitado, observada a prescrição médica.

Tendo em vista o que dispõe a Lei n.º 6.360/1976, julgue os itens de **74** a **77**.

74 É vedada a adoção de nome igual ou assemelhado para produtos de diferente composição, ainda que do mesmo fabricante, assegurando-se a prioridade do registro com a ordem cronológica da entrada dos pedidos na repartição competente do Ministério da Saúde, quando inexistir registro anterior.

75 As drogas, os medicamentos ou quaisquer insumos farmacêuticos correlatos e os produtos de higiene, os cosméticos e os saneantes domissanitários, importados ou não, somente serão entregues ao consumo nas embalagens originais ou em outras previamente autorizadas pelo Ministério da Saúde.

76 Os atos referentes ao registro e à revalidação do registro produzirão efeitos após a sua concessão, ficando dispensada a publicação no Diário Oficial da União.

77 É proibida a colocação de novas datas ou o reacondicionamento em novas embalagens de produtos cujo prazo de validade haja expirado, excetuados os soros terapêuticos que puderem ser redosados e refiltrados.

Conforme a Lei n.º 6.437/1977, julgue os itens de **78** a **81**.

78 As infrações sanitárias serão punidas, exclusivamente, com as penalidades de multa e advertência.

79 As infrações sanitárias consideradas como leves são aquelas nas quais o infrator é beneficiado por circunstância atenuante.

80 Deixar, aquele que tiver o dever legal de fazê-lo, de notificar doença ou zoonose transmissível ao homem, de acordo com o que disponham as normas legais ou regulamentares vigentes, constitui infração punida com advertência e(ou) multa.

81 Na hipótese de condenação pelo cometimento de infração sanitária, o infrator não poderá recorrer, inclusive quando se tratar de multa.

À luz da Lei n.º 6.681/1979 e da Lei n.º 6.839/1980, julgue os itens **82** e **83**.

82 É garantido aos médicos, aos cirurgiões-dentistas e aos farmacêuticos militares participar de eleições nos Conselhos em que estiverem inscritos, tanto como candidatos quanto como eleitores.

83 O registro de empresas e a anotação dos profissionais legalmente habilitados, delas encarregados, são facultativos, nas entidades competentes, para a fiscalização do exercício das diversas profissões, em razão da atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros.

De acordo com a Lei n.º 8.078/1990 e com a Lei n.º 8.080/1990, julgue os itens de **84** a **88**.

84 A proteção da vida, da saúde e da segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados como perigosos ou nocivos é um direito básico do consumidor.

85 É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços enviar ao consumidor qualquer produto sem solicitação prévia.

86 A participação na formulação da política e na execução de ações de saneamento básico não está incluída no campo de atuação do Sistema Único de Saúde.

87 A participação da comunidade não constitui um princípio do Sistema Único de Saúde.

88 Promover a descentralização para os municípios dos serviços e das ações de saúde é uma competência privativa da direção nacional do Sistema Único de Saúde.

No que se refere à Lei n.º 9.294/1996 e à Lei n.º 9.787/1999, julgue os itens **89** e **90**.

89 A proibição do uso de cigarros, em recinto coletivo fechado, incide apenas nos espaços públicos.

90 Considera-se como produto farmacêutico intercambiável o equivalente terapêutico de um medicamento de referência, comprovados, essencialmente, os mesmos efeitos de eficácia e segurança.

Acerca da Lei n.º 10.357/2001 e da Lei n.º 9.965/2000, julgue os itens **91** e **92**.

91 Compete ao Departamento de Polícia Federal o controle e a fiscalização das substâncias entorpecentes psicotrópicas que não estejam sob a vigilância do órgão competente do Ministério da Saúde.

92 A venda de medicamentos do grupo terapêutico dos esteroides para uso humano está restrita à apresentação e à retenção, pela farmácia ou drogaria, da cópia carbonada da receita emitida por médico ou dentista devidamente registrado no respectivo conselho profissional.

A respeito da Lei n.º 11.343/2006 e da Lei n.º 10.406/2002, julgue os itens de **93** e **97**.

93 As plantações ilícitas serão imediatamente destruídas pelo delegado de polícia, na forma da lei.

94 É facultativa a licença prévia da autoridade competente para produzir drogas ou matéria-prima destinada à sua preparação, observadas as demais exigências legais.

95 Quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem, haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa.

96 No caso de lesão ou outra ofensa à saúde, o ofensor indenizará o ofendido apenas das despesas relativas ao seu tratamento.

97 O direito de exigir a reparação civil dos danos e a obrigação de prestá-la transmitem-se com a herança.

Considerando o disposto no Decreto-Lei n.º 2.848/1940, julgue os itens de **98** a **100**.

98 Independentemente de dolo ou culpa, se do crime de perigo comum resultar lesão corporal de natureza grave, a pena privativa de liberdade será aumentada de metade; se resultar morte, será aplicada em dobro.

99 Adulterar produto alimentício destinado a consumo, reduzindo-lhe o valor nutritivo, constitui apenas infração administrativa.

100 A entrega para consumo de substância nociva à saúde, ainda que não destinada à alimentação ou a fim medicinal, constitui crime.

Acerca da Instrução Normativa (Anvisa) n.º 9/2009, julgue os itens **101** e **102**.

101 A dispensação de plantas medicinais é privativa de farmácias e ervanarias, observados o acondicionamento adequado e a classificação botânica.

102 É vedado o comércio de lentes de grau, exceto quando não houver, no município, estabelecimento específico para esse fim, conforme legislação vigente.

Com relação às Resoluções RDC n.º 80/2006, RDC n.º 222/2018 e RDC n.º 304/2018, julgue os itens de **103** a **107**.

103 Às farmácias e às drogarias é facultado identificar o farmacêutico de modo que o consumidor e o usuário de medicamentos possam distingui-lo dos demais funcionários e profissionais do estabelecimento.

104 Os medicamentos isentos de prescrição não poderão ser fracionados.

105 A drogaria deverá manter registro de todas as operações relacionadas com a dispensação de medicamentos na forma fracionada, de modo a garantir o rastreamento do produto

106 O gerenciamento dos resíduos dos serviços de saúde – RSS do Grupo B – deve observar a periculosidade das substâncias presentes, decorrente das características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade e toxicidade.

107 Os medicamentos não devem ser posicionados diretamente no chão ou encostados nas paredes, devem guardar distância mínima do telhado e não devem estar em locais de incidência direta da luz solar.

Com base nas Resoluções CFF n.º 296/1996, n.º 354/2000, n.º 357/2000 e n.º 711/2021, julgue os itens de **108** a **114**.

108 É vedado ao farmacêutico-bioquímico, devidamente registrado no Conselho Regional de Farmácia respectivo, exercer a responsabilidade técnica de laboratório de análises clínicas.

109 Todos os serviços que prestam atendimento de urgência/emergência deverão contar com assistência técnica do profissional farmacêutico.

110 É vedado ao farmacêutico, quando no exercício da direção técnica em farmácia, manipular e dispensar fórmulas alopáticas e homeopáticas com finalidade profilática, curativa, paliativa, estética ou para fins de diagnóstico.

111 O Conselho Federal de Farmácia, pessoa jurídica de direito privado classificada como associação profissional, é uma entidade fiscalizadora do exercício profissional.

112 A dimensão ética profissional é determinada em todos os seus atos, sem qualquer discriminação, pelo benefício ao ser humano, aos demais seres vivos e ao meio ambiente e pela responsabilidade social e consciência de cidadania.

113 É proibido ao farmacêutico recusar-se a exercer a profissão em instituição pública, ainda que esta não possua condições dignas de trabalho.

114 O farmacêutico, por motivo de conveniência e oportunidade, poderá delegar a outros profissionais a prática de atos ou atribuições que lhes sejam privativas.

A respeito das Resoluções n.º 2/2008, n.º 17/2020 e n.º 37/2020, da Secretaria de Saúde do estado de Goiás, julgue os itens de **115** a **117**.

115 A prescrição de medicamentos anabolizantes só poderá ser realizada por meio de notificação de receita "B" de cor azul, com a quantidade escrita, de forma legível, em algarismos arábicos e por extenso, sem emenda ou rasura.

116 A venda direta ao consumidor dos *kits* de teste rápido para covid-19 pode ser realizada, desde que haja prescrição médica.

117 Os serviços de vacinação públicos serão providos pelo Programa Nacional de Imunização do Ministério da Saúde, sendo de responsabilidade do Estado a distribuição de imunobiológicos aos municípios, que, por sua vez, os distribuirão aos serviços de vacinação.

Acerca da Lei n.º 9.503/1997, julgue os itens de **118** a **120**.

118 Para transitar na via, todo veículo automotor deverá ser licenciado anualmente pelo órgão executivo de trânsito do estado onde estiver registrado o veículo.

119 É de competência privativa da União implantar, manter e operar o sistema de sinalização, os dispositivos e os equipamentos de controle.

120 Se a infração for cometida em localidade diversa daquela do licenciamento do veículo, o recurso poderá ser apresentado junto ao órgão ou à entidade de trânsito da residência ou do domicílio do infrator.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a respectiva folha de texto definitivo da prova discursiva, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de **30 linhas** será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito na folha de texto definitivo.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica, de tinta **preta** ou **azul,** fabricada em material transparente. Em caso de rasura, passe um traço sobre o conteúdo a ser desconsiderado e prossiga o registro na sequência. Não será permitido o uso de corretivo.
- O espaço destinado à transcrição de texto da **folha de texto definitivo** não poderá ser assinado, rubricado nem conter nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova. Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- A **folha de texto definitivo** será o único documento válido para avaliação da prova discursiva. A folha para rascunho neste caderno é de preenchimento facultativo e não servirá para avaliação.

Durante o Renascimento, os boticários desempenharam um papel de destaque, contribuindo para o estudo e a divulgação de drogas exóticas. Graças aos seus conhecimentos na área da botânica e das especiarias e devido à escassez de profissionais de saúde, os boticários eram muito requisitados. Desde o início do século XVI, os boticários eram solicitados, devido à sua experiência, para a identificação e a conservação de drogas, assim como para desempenhar funções como boticários das armadas e dos hospitais das fortalezas. Destacaram-se, nesse contexto, como boticários Simão Álvares, Tomé Pires, Francisco Lopes, João Rodrigues, entre outros. Alguns destes, como Tomé Pires, foram encarregados de missões diplomáticas de grande responsabilidade, para desempenhar missões políticas e divulgar a matéria médica oriental. No que diz respeito à África e ao Brasil, a contribuição dos portugueses para o conhecimento da matéria médica deveu-se a colonos, missionários, militares e viajantes. A sua inclusão literária foi mais lenta e só se verificou no século XVIII.

Internet: <https://pt.wikipedia.org> (com adaptações).

Considerando que o texto acima tenha caráter exclusivamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do tema a seguir.

A tramitação dos processos ético-disciplinares para a apuração das infrações éticas

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

a) a competência para a instauração do processo ético-disciplinar;
b) o desenvolvimento das fases processuais; e
c) o julgamento do processo ético-disciplinar.